

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.484 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2002

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Célio Azevedo

CCJ acolheu parecer de Maguito Vilela favorável à mudança na legislação para proibir as casas de bingo

Comissão acolhe projeto que proíbe casas de bingo

Proposta de Roberto Requião que modifica a legislação sobre desportos para proibir o funcionamento de casas de bingo foi aprovada pela CCJ. Segundo o autor, os bingos vieram para o país ligados ao crime organizado e ao narcotráfico.

PÁGINA 4

Demarcação de reserva indígena pode ser limitada

CCJ aprova proposta de emenda constitucional de Mozarildo Cavalcanti que estabelece como área máxima a ser destinada para reservas indígenas e de conservação ambiental 50% da superfície territorial do estado onde se localizem.

PÁGINA 5



Célio Azevedo

Geraldo Althoff, que foi relator da CPI do Futebol, ouve o ministro do Esporte e Turismo, Caio Carvalho

Futebol profissional deve ter lei específica, diz ministro

PÁGINA 4



Roosevelt Pimentel

Plenário debateu longamente o projeto de conversão da MP e, ao final, decidiu mudar o texto aprovado pela Câmara

Senado altera MP sobre dívidas de agricultores

Senadores decidem, após quatro horas de discussão, aprovar com alterações o projeto de conversão da medida provisória que autoriza a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores. Com a mudança, a matéria terá que retornar à Câmara dos Deputados.

Plenário decide ampliar as atribuições das guardas municipais

Senadores aprovam voto de censura a Israel pela invasão da Cisjordânia

PÁGINAS 2 E 3



José Cruz

Simpósio "Educação Infantil: Construindo o Presente" discute quem deve pagar a conta

Simpósio avalia as fontes de recursos para educação infantil

Para cumprir o Plano Nacional de Educação, será preciso mais do que dobrar os investimentos em educação infantil nos próximos dez anos, afirma especialista.

PÁGINA 8

Senado discute capital externo na mídia nacional

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite o ingresso de capital externo nas empresas de comunicação continua a ser discutida hoje no Plenário. Será a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta, que limita em 30% a participação estrangeira. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), apresentou parecer favorável, e o senador Roberto Requião (PMDB-PR) já se manifestou contrariamente à proposta.

Os senadores devem votar hoje acordos internacionais firmados pelo Brasil e projeto oriundo da Comissão Mista de Segurança Pública.

Congresso define novas regras para votação de MPs

O Congresso vota hoje, a partir das 13h, projeto que define as regras para a tramitação de medidas provisórias. No final do ano passado, o Congresso aprovou emenda constitucional limitando a edição de MPs e fixando o prazo de 45 dias para que essas matérias sejam votadas, sob o risco de trancarem a pauta da Câmara e do Senado.

Também está prevista a votação de créditos orçamentários.

Infra-Estrutura analisa indicação de diretor do Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se hoje para analisar a mensagem presidencial que indica Luiz Francisco Silva Marcos para exercer o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A relatora é a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

O Dnit substituiu o extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER), e tem competência para adotar as medidas necessárias ao desenvolvimento da infra-estrutura nacional de transportes.

Combate à violência pode ganhar reforço das guardas municipais

Proposta de emenda à Constituição, que agora será submetida ao exame da Câmara, dá a essas corporações competência para realizar policiamento ostensivo e preventivo

Em segundo turno e por unanimidade, o Senado decidiu ontem que as guardas municipais poderão executar ações de policiamento ostensivo e preventivo no combate ao crime. A proposta de emenda constitucional também prevê a criação de uma guarda nacional, com atribuição de proteger seus bens, serviços e instalações. A proposta, de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), vai agora à deliberação da Câmara.

Hoje, essas corporações po-

dem ser criadas pelos municípios, conforme prevê a Constituição federal, com a finalidade de proteger bens, serviços e instalações locais, não podendo atuar na proteção da comunidade. A proposta foi apresentada por Romeu Tuma com o argumento de que os municípios podem cooperar com os respectivos estados no



Romeu Tuma defendeu a aprovação da sua proposta pelo Senado

Célio Azevedo

trabalho de segurança, pois as cidades, sobretudo as de maior massa populacional, não têm recursos suficientes para atuar na periferia.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Iris Rezen- de (PMDB-GO) reconheceu que a cooperação do município no

policiamento ostensivo e preventivo propicia maior segurança à população. Em sua opinião, o policiamento municipalizado se identifica melhor com os problemas locais de segurança e dá mais eficácia ao controle social sobre esse serviço.

Antes da votação, Romeu Tuma apelou para que o texto fosse aprovado, alegando o quanto a medida é relevante para a população. O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) cumprimentou Tuma pela iniciativa da proposta.

Motorista de ônibus terá mais descanso

O Plenário do Senado aprovou, em turno suplementar, o projeto de lei da Câmara que obriga os motoristas de caminhão ou ônibus descansar por 30 minutos a cada quatro horas, quando estiverem transitando em rodovias. Como não houve apresentação de emendas, o projeto foi considerado aprovado sem necessidade de votação.

A matéria, relatada pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), altera o Código de Trânsito Brasi-



Projeto relatado por Maria do Carmo altera o Código de Trânsito

leiro. O texto permite que o motorista possa prolongar o tempo de direção por mais uma hora, para permitir que conduza o veículo a um local de parada adequado, assegurando a segurança das pessoas e da carga que transportar.

Conforme o projeto, que agora vai à sanção, os motoristas também são obrigados a descansar por um intervalo ininterrupto de, no mínimo, dez horas, a cada período de 24 horas.

Indicação de Schymura para presidir a Anatel é aprovada

O Senado aprovou — por 45 votos a favor, nove contra e duas abstenções — o nome do engenheiro Luiz Guilherme Schymura de Oliveira para o cargo de presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Luiz Schymura teve seu nome aprovado na terça-feira pela Co-

missão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Na ocasião, ele foi sabatinado por mais de duas horas e afirmou que as empresas de telecomunicações estão com “baixa taxa de rentabilidade”. Mesmo assim, Schymura garantiu que “não há risco de insolvência” das empresas.

Plenário debate PEC contra a verticalização

Transcorreu ontem a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, de proposta de emenda à Constituição do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que assegura aos partidos autonomia para definir os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais em nível nacional, estadual ou municipal, sem obrigá-los a vincular-se com as mesmas legendas do plano federal ao municipal.

A proposta visa anular a decisão em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que as coligações partidárias para eleições nos municípios e estados têm que ser as mesmas realizadas no âmbito da eleição presidencial. Cabral justificou sua iniciativa dizendo ser um equívoco supor que o legislador constituinte determinou a verticalização nacional compulsória das coligações.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe representantes da Ordem dos Músicos do Mato Grosso do Sul
10h30 — Recebe Carlos Eduardo Mena, embaixador do Chile
11h — Preside sessão deliberativa ordinária
15h — Recebe Euclides Rodrigues da Silva Filho, superintendente da Polícia Federal

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 5/02, sobre propriedade de empresas de comunicação social; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 4/02, PLS nº 72/02, que altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos ao tribunal do júri; PDL nº 1/02, aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, entre outras proposições.

13h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: PRN nº 5/01, apreciação das medidas provisórias; PLN nº 5/02, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial de R\$ 223,5 milhões; e PDNs nºs 4, 5, 6, 7 e 8, de 2002. Plenário do Senado.

COMISSÕES

9h — Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano
9h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
9h — Comissão de Fiscalização e Controle
10h — Comissão Mista de Orçamento
10h — Comissão Mista do Centenário de JK

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovada MP que garante prazo maior para pequeno agricultor pagar dívida

Projeto de conversão apresentado à medida provisória permite a renegociação de empréstimos obtidos junto ao Procerá e Pronaf. Proposta volta à Câmara devido às mudanças feitas pelos senadores

Foi aprovado pelo Plenário, no início da noite de ontem, projeto de conversão da medida provisória (MP) que autoriza a renegociação das dívidas de pequenos agricultores. Eles terão até 15 anos para o pagamento, com juros de 1,15% a 3% ao ano. Os senadores aprovaram emenda da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que eleva de R\$ 15 mil para R\$ 35 mil o valor dos empréstimos que serão beneficiados pela renegociação, valor este da época do financiamento.

O projeto de conversão foi apresentado pelo relator-adjunto, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que negociou com o governo e representantes de pequenos agricultores modificações do texto já votado pelos deputados. A matéria retornará à Câmara devido às mudanças.

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), informou que o governo bancaria um subsídio de R\$ 1,06 bilhão com a renegociação, caso o limite ficasse em R\$ 15 mil. Assinalou que não existe qualquer garantia de que o presidente da República não vetará o aumento do limite para R\$ 35 mil, uma vez que os órgãos do governo só emprestam até R\$ 15 mil.

— Como é que bancos privados, que emprestavam além desse limite, serão obrigados a renegociar dívidas nessas novas condições? — questionou.

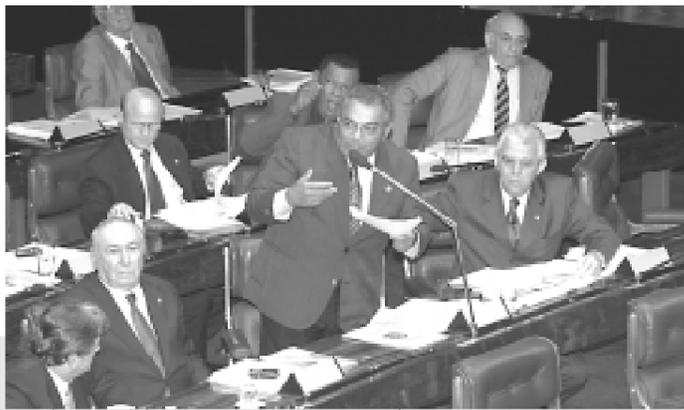
Uma das modificações incluídas por Jonas Pinheiro autoriza o Executivo a elevar em um ponto percentual a quantidade de álcool anidro misturado à gaso-

lina. Com isso, o governo poderá misturar de 20% a 25% de álcool. A medida, segundo o relator, permitirá que não se repita o que ocorreu no final dos anos 90, quando a grande produção de álcool baixou muito os preços do produto nas destilarias, o que quase provocou um colapso no setor.

Se aprovado pela Câmara e sancionado pelo presidente da República, o projeto de conversão encerra a renegociação das dívidas de todos os agricultores brasileiros, iniciada em 1996, depois que grande número deles começou a atrasar pagamentos por conta de elevados juros, inflação e queda de preços de produtos agrícolas.

O projeto de conversão aprovado pelos senadores menciona os tomadores de empréstimos dentro do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procerá) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). As dívidas com o Procerá poderão ser renegociadas para pagamento em 15 anos e juros de 1,15%. Os agricultores inadimplentes poderão pagar 10% dos atrasados e incluir o restante no saldo devedor a ser renegociado. Quem pagar as parcelas em dia depois da repactuação terá desconto de 70% sobre o saldo devedor atual (que inclui juros e outros custos bancários).

Quem se endividou com o Pronaf terá 15 anos para pagamento, mas com juros de 3% ao ano. Haverá desconto de 30% no pagamento de cada parcela, desde que não esteja atrasada.



Plenário debateu por mais de quatro horas o projeto de conversão apresentado pelo senador Jonas Pinheiro, relator-adjunto da MP

Governo gastará “uma ninharia” com os subsídios, afirma Requião

A votação do projeto de conversão que garante a renegociação de dívidas dos pequenos agricultores foi antecedida de críticas ao governo, que não concorda com o aumento de R\$ 15 mil para R\$ 35 mil no valor dos débitos beneficiados. “É uma ninharia frente aos R\$ 215 bilhões que o governo gasta neste ano com a rolagem da dívida pública”, afirmou o senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Ele se referia ao subsídio direto do governo aos produtores, calculado em R\$ 600 milhões. Com os empréstimos dos fundos constitucionais, o valor seria de R\$ 1,06 bilhão, segundo o vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), caso o valor máximo renegociado seja de R\$ 15 mil.

— Na hora de salvar bancos, há dinheiro do Proer. Será que resolver a grave situação dos pequenos agricultores irá afetar as fi-

nanças do governo? — questionou José Eduardo Dutra (PT-SE).

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) lembrou que os EUA perdoaram recentemente toda a dívida de seus agricultores. Carlos Patrocínio (PTB-TO) disse que está na hora de acabar “com essa história de comprar um trator, pagar três e ainda ficar devendo cinco”. Osmar Dias (PDT-PR) observou que a renegociação tem ampla repercussão social.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) informou que há 120 mil pequenos agricultores inadimplentes no Nordeste. Fernando Bezerra (PTB-RN) sustentou que pequeno agricultor só não paga dívida “quando não tem condições”. Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que não se pode desequilibrar as finanças públicas. Arlindo Porto (PTB-MG) opinou que os senadores estavam reconhecendo que o governo não tem política agrícola.

Senado reconhece atuação de comitê contra racismo

O Senado aprovou, em votação simbólica, projeto de decreto legislativo reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos pela Convenção Internacional sobre Eliminação das Formas de Discriminação Racial.

Em sua exposição de motivos, o ex-ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia afirmou que o reconhecimento da competência do comitê tem sido pleiteado por diversos segmentos da sociedade, argumentando que um gesto do governo nesse sentido reforçaria internacionalmente o compromisso do Brasil com a defesa e a promoção dos direitos humanos.

Para o relator, Geraldo Cândido (PT-RJ), reconhecer a competência do comitê representa um posicionamento do Brasil que indica compromisso com a tutela internacional dos direitos humanos e das garantias fundamentais.

Acolhido acordo de cooperação internacional

Em votação simbólica, o Senado aprovou texto de ajuste complementar ao Convênio Básico de Cooperação Turística assinado entre os governos do Brasil e da Venezuela, em Caracas, no dia 8 de fevereiro de 2000.

O Senado também aprovou decreto legislativo com o texto do Acordo sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária, assinado entre os governos do Brasil e do Peru, em Lima, em 6 de dezembro de 1999.

Proibição de uso de silicone vai a reexame na CCJ

O projeto de lei que proíbe o uso de silicone injetável no Brasil voltou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para reexame, depois que o Plenário aprovou requerimento que retira o pedido de urgência. O relator, Sebastião Rocha (PDT-AP), discordou da decisão e citou como razão para a urgência o número de mortes que ocorrem no país pelo uso irregular ou inadequado do produto.

— Tragédias como a da empregada doméstica, que morreu após implante de silicone líquido feito por um cabeleireiro, têm acontecido com frequência no país. Isso é motivo mais que suficiente para uma deliberação urgente do Congresso — disse.

O substitutivo proíbe o uso de silicone líquido, exceto em casos de indicação médica precisa e de eficácia cientificamente comprovada. O senador acolheu emenda que proíbe o uso do produto para menores de 18 anos, mesmo nos casos referidos.

Governo de Israel receberá voto de censura

O Plenário do Senado aprovou ontem voto de censura contra o governo de Israel, devido à invasão dos territórios da Cisjordânia, na Palestina. O requerimento foi apresentado por Geraldo Cândido (PT-RJ) e teve parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), relatado por Tião Viana (PT-AC).

No requerimento, Cândido afirma que Israel justifica suas ações sob o argumento de estar comba-

tendo o terrorismo. Mas observa que, “sitiando cidades, bloqueando territórios, bombardeando e suspendendo negociações, Israel toma a contramão do combate ao terrorismo internacional, que só pode ser vencido pela tolerância e paz nos territórios do Oriente Médio ocupados ou sob disputa”.

O senador acrescenta que o Brasil é um dos países que reconhecem o Estado palestino. Para ele, “é preciso responder à altura,

censurar as ações de Israel e reafirmar nosso desejo de paz na região e de apoio às lideranças que estejam ao lado das soluções diplomáticas, pacíficas e definitivas para o conflito”.

Em seu relatório, Tião Viana apóia “integralmente” o requerimento de Cândido. Ele acrescentou a sugestão de que “o governo brasileiro incremente, por todos os meios diplomáticos possíveis, as ações tendentes a mostrar ao



Para Geraldo Cândido, terrorismo só será vencido com tolerância e pela construção da paz

mundo e ao governo israelense a censura do povo brasileiro aos conflitos que vêm ocorrendo na Palestina”.

Casas de bingo podem ser proibidas em todo o país

Para Roberto Requião, autor do projeto, além de não ter beneficiado o esporte, a permissão desse jogo atraiu grupos ligados ao narcotráfico

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem parecer do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) favorável a projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que modifica a legislação sobre desportos, para proibir o funcionamento das casas de bingo no país.

Atualmente, a lei permite os jogos de bingo em todo o território nacional, liberando a clubes e federações a exploração desse tipo de jogo para angariar recursos destinados ao desenvolvimento dos esportes que promovem.

Essa permissão, advinda com a chamada Lei Pelé, não trouxe nenhum tipo de benefício para o esporte nacional, como se argumentava à época da sua aprovação. Pelo contrário, com os bingos vieram para o país os grupos liga-



O projeto de Requião, que altera a Lei Pelé, será submetido agora à Comissão de Educação

Roosevelt Pinheiro

Também Maguito Vilela e o senador Gerson Camata (PMDB-ES) ressaltaram o caráter prejudicial dos bingos, lembrando que os mesmos constituem jogos de azar que são vedados no Brasil. Camata disse que, desde que os jogos foram permitidos, há cerca de três anos, milhares de pessoas perderam todo o dinheiro que tinham nos bingos.

Caso seja aprovado o projeto de Requião, a atividade ficará proibida, mas as casas de bingo em funcionamento poderão explorar os jogos até a data em que as autorizações perderem a validade.

A matéria ainda precisa ser votada em caráter terminativo pela Comissão de Educação, seguindo, então, para análise da Câmara dos Deputados se não houver recurso para sua votação no Plenário do Senado.

dos ao crime organizado, à máfia e ao narcotráfico – justificou Requião, acrescentando que havia recebido informações de parlamentares argentinos dando conta de que os grupos que atuam no Brasil são os mesmos da Argentina.

Importação de pneu remoldado passa na CCJ

O Brasil vai poder importar pneus remoldados, conforme projeto de decreto legislativo de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que decidiu rejeitar parecer contrário à matéria, apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A proposta susta a Portaria nº 8, de 25 de setembro de 2000, da Secretaria de Comércio Exterior (Sesex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que proíbe as importações de pneus recauchutados e usados, inclusive remoldados. Para Requião, o pneu remoldado é um produto diferenciado, pela tecnologia específica dispensada no seu tratamento antes de ser recolocado no mercado. A matéria seguirá agora à apreciação do Plenário.

Com a portaria, o governo queria privilegiar as empresas multinacionais que formam o cartel de pneus, como a Goodyear, Firestone e Pirelli – explicou Requião, para quem sua proposta vai beneficiar uma série de in-



Comissão de Justiça aprovou projeto que possibilita a venda de pneus remoldados no Brasil ao rejeitar parecer do relator, Lúcio Alcântara

vestimentos no seu estado e em todo o país.

TECNOLOGIA MODERNA

Ao justificar o projeto, Roberto Requião disse não estar defendendo a liberação da importação de pneus usados, mas sim “dissecando e condenando o ato normativo da Sesex, que, com abuso de poder, pretendeu incluir os pneus remoldados na proibição de pneus usados”, sem se ater às diferenças técnicas do produto.

Segundo o senador, fabricados com a tecnologia mais moderna do mundo, os pneus remoldados

são comercializados no Brasil com garantia de 80 mil quilômetros e de cinco anos contra defeito de fabricação. “Estima-se que 10% dos veículos de passeios e utilitários da Europa utilizam pneus remoldados, o mesmo acontecendo com 98% dos aviões das linhas aéreas internacionais”, argumentou.

O senador Roberto Freire (PPS-PE), que votou com o relator, disse que a proposta de Requião vai fazer com que o Brasil simplesmente passe a importar “o lixo europeu”.



Ao lado de Geraldo Althoff (E), que foi relator da CPI do Futebol, Caio Luiz de Carvalho fala aos senadores da Subcomissão do Esporte

Caio de Carvalho defende lei específica para o futebol

O ministro do Esporte e Turismo, Caio Luiz de Carvalho, defendeu ontem, em audiência pública na Subcomissão do Esporte, a aprovação pelo Congresso Nacional de uma “grande legislação” que dê nova orientação ao desporto brasileiro. Segundo explicou, a lei teria como objetivo repensar o esporte e as atividades físicas do país a longo prazo, além de buscar a moralização e a transparência na gestão esportiva. Ele defendeu uma lei específica para o futebol profissional, tomando por base as recomendações do relatório final da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou irregularidades no futebol brasileiro.

Caio Luiz de Carvalho informou que o ministério já começou a dar os primeiros passos para concretizar uma lei nacional do esporte: a partir de maio será traçado um

grande diagnóstico do esporte nacional, em todos os níveis, para que o governo tenha em mãos as informações necessárias à criação da nova norma jurídica. Todos os dados, acrescentou o ministro, serão encaminhados à subcomissão. Essa “grande legislação”, disse, levará fatalmente à revogação das Leis Pelé, Zico e Piva.

Por sua vez, o secretário-executivo do ministério, José Luís Portela, comunicou que já foi criado grupo de trabalho encarregado de estudar a reorganização do futebol brasileiro. Entre as propostas, informou, está a criação de um “código de defesa do torcedor”. O senador Álvaro Dias (PDT-PR), que presidiu a CPI do Futebol, solicitou ao ministro a inclusão no grupo de um representante da Associação Nacional de Árbitros (ANB). O pedido foi aceito.

Audiência pública foi a primeira de uma série sobre o esporte nacional

O ministro Caio Luiz de Carvalho compareceu à Subcomissão do Esporte, que integra a Comissão de Educação, atendendo a requerimento do senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Durante a audiência pública, a primeira de uma série destinada a debater o esporte nacional, o ministro falou sobre as políticas implementadas pelo governo e diretrizes futuras que nortearão o desporto no país.

Apesar de reconhecer que o período de sete meses que terá à frente do ministério é muito curto para a realização de um trabalho mais profundo, Caio Carvalho anunciou que sua pasta vai lançar o programa “Mova-se”, baseado num projeto canadense de incentivo à prática esportiva, que abrangerá toda a população, independentemente da idade. “Será um programa para combater o sedentarismo”, observou. Também está nos planos do

ministério modernizar a infraestrutura dos equipamentos para práticas esportivas, como as quadras poliesportivas.

Álvaro Dias aplaudiu as idéias do ministro e informou que, em países desenvolvidos, o esporte é considerado uma das prioridades nacionais. Um dos motivos, disse o senador, é que a cada dólar gasto com o desporto são economizados nada menos do que 13 dólares no setor saúde. O senador também destacou o empenho do governo na aprovação de uma lei de responsabilidade social para o desporto, “a proposta mais significativa da CPI do Futebol”.

Durante sua presença no Senado, o ministro Caio Carvalho foi recebido pelo presidente da Casa, senador Ramez Tebet, com quem conversou sobre a tramitação de matérias do interesse de sua pasta.

Maguito protesta contra excesso de lombadas e radares móveis

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) protestou contra o excesso de "lombadas" eletrônicas e radares móveis nas rodovias do país. Ele propôs que o Congresso discuta o assunto em profundidade, pois as concessionárias de rodovias vêm instalando os equipamentos em locais onde não são necessários, como nas subidas das estradas.

Pelos locais em que tais equipamentos vêm sendo colocados, conforme o senador, parece que o objetivo não é educar os motoristas e proteger os pedestres, mas sim aumentar a arrecadação.

— São muitas elevadíssimas, com as quais os brasileiros são obrigados a arcar junto com aumentos de gasolina, de energia, de taxas e con-



Maguito Vilela pede que o Congresso discuta o assunto

tribuições. Os brasileiros estão sendo penalizados demais e o Congresso não pode ficar alheio a isso — afirmou.

Os estados, protestou Maguito, transformaram as "lombadas" eletrônicas e os radares móveis em verdadeiras indústrias de multas, que beneficiam também as concessionárias das rodovias. Ele frisou que a população está reclamando e que o Congresso tem de examinar o problema agora, para que não seja necessário instalar mais tarde uma CPI.

Maguito reconhece a necessidade das lombadas e radares nos trechos de rodovia que cruzam cidades ou povoados, mas observou que, na maioria das vezes, eles estão onde são desnecessários.

Processo de adoção deve ser mais ágil, afirma Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou ontem que está estudando uma fórmula de criar legislação responsável para desburocratizar o processo de adoção de crianças. Ele lembrou que foram aprovados recentemente a licença-maternidade para mães de filhos adotivos e a criação do Dia Nacional da Adoção. "Isso pegou bem no Brasil. Está



Segundo Maldaner, é preciso "encurtar os caminhos" da adoção

uma vibração de toda sorte", assinalou.

Maldaner disse ainda que é preciso desburocratizar a adoção, "encurtar os caminhos", pois os processos estão demorando mais de nove meses para ser finalizados e, em alguns casos, têm chegado a dois ou três anos. Segundo ele, existem entraves na atual legislação sobre adoção.

Mauro destaca presença de artesãos goianos na UD

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cumprimentou ontem os artesãos goianos que estão participando da Feira de Utilidades Domésticas de São Paulo (UD). Em sua opinião, os artesãos são uma categoria profissional que recebe pouca proteção das autoridades e que deveria ser objeto de maior investimento público, como forma de manter uma tradição que preserva a cultura popular.

O senador informou que na UD estão expostas peças fabricadas em



Mauro Miranda: artesanato goiano atrai turistas

Goiânia, Anápolis, Pirenópolis, Goiás Velho, Olhos d'Água, Alto Paraíso, Jaraguá e Cristalina. "O artesanato goiano tem atraído turistas para o estado e está em vias de se tornar um segmento importante da produção local", afirmou. Como exemplo, ele citou Pirenópolis, considerada a capital da jóia em prata do Brasil, onde a Associação dos Joalheiros e Artesãos conseguiu que o Banco do Brasil criasse uma linha especial para financiar o artesão.

Área destinada a reserva indígena pode ter limite

Proposta de emenda constitucional de Mozarildo Cavalcanti foi aprovada, com emendas, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável do senador Amir Lando (PMDB-RO) a proposta de emenda constitucional do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) estabelecendo que o máximo de área a ser destinada para as reservas indígenas e de conservação ambiental em cada estado corresponderá a 50% da superfície territorial da unidade. O percentual foi definido em emenda do relator, pois o autor pretendia 30%.



Mozarildo diz que reservas devem ser criadas de modo seletivo

Mozarildo argumenta, na justificativa da matéria, que o estabelecimento de um percentual máximo para as áreas de reserva é necessário para impedir a demarcação em espaços desproporcionais à população a que se destina. "Essas unidades devem ser criadas de modo seletivo, obedecendo a claros limites territoriais e à luz dos justos anseios da sociedade local por seu desenvolvimento social e econômico", afirma ele.

Outra emenda apresentada à matéria inclui entre as competências privativas do Senado a aprovação prévia dos atos de demarcação de terras indígenas assinados pelo Executivo. Caberá à União iniciar o processo de demarcação e depois proteger e fazer respeitar todos os bens da reserva. A União poderá ainda definir reservas em todos os estados da Federação.

A senadora Marina Silva (PT-AC) havia apresentado requerimento solicitando que a matéria fosse também examinada pela Comissão de Assuntos Sociais. Como o requerimento foi rejeitado, a PEC será agora apreciada diretamente pelo Plenário, em dois turnos de votação.

Plenário aceita nome indicado para o STM

O Plenário do Senado aprovou ontem os nomes dos generais-de-exército Valdésio Guilherme de Figueiredo e Max Hoertel para exercerem o cargo de ministros do Superior Tribunal Militar.

O general Valdésio Figueiredo vai assumir a vaga do ministro Germano Arnoldi Pedrozo, que se aposentou. Já o general Max Hoertel assumirá a vaga do ministro José Enaldo de Siqueira.

A indicação do general Valdésio Figueiredo havia sido aprovada ontem de manhã, por unanimidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A indicação, feita em mensagem do presidente da República, recebeu 21 votos favoráveis na comissão.

Na apresentação do seu parecer na CCJ, o relator da mensa-

gem, senador Romeu Tuma (PFL-SP), destacou o perfil profissional do general, que foi comandante militar da Amazônia, uma região "onde é da maior importância o papel do Exército na guarda das fronteiras e no combate ao tráfico de drogas".

ATRIBUIÇÕES

Em sabatina na comissão, o general Valdésio Figueiredo defendeu, no âmbito da reforma do Judiciário, a ampliação das atribuições do STM, inclusive como forma de reduzir o acúmulo de processos na Justiça Federal.

Órfão aos dois anos de idade,



Valdésio Figueiredo tem 49 anos de serviço no Exército

nascido de família pobre, no Rio de Janeiro, com 49 anos de serviços prestados ao Exército, conforme seu próprio relato na comissão, o general enfatizou o respeito à hierarquia e à disciplina, mas também o respeito aos subordinados.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) elogiou a indicação do militar pelo presidente da República, ressaltando os notáveis serviços prestados ao país pelo general Valdésio, principalmente quando serviu na Amazônia.

Aprovada lista de convidados do seminário sobre clonagem

A partir de requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem os nomes das autoridades e especialistas que serão convidados a participar do seminário sobre clonagem humana nos dias 11 e 12 de junho próximos, no Auditório Petrônio Portella.

O assunto é tema de projeto de Rocha que tramita na CCJ e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposição, que regula as experiências de engenharia ge-

nética para vedar a clonagem humana no Brasil, conta com voto favorável do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), relator da matéria na CCJ.

Serão convidados para o debate os presidentes ou representantes das seguintes entidades: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conselho Federal de Medicina (CFM), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Sociedade Brasileira de Bioética. Também serão chamados a participar do seminá-

rio o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e o funcionário da Embrapa R o d o l f o Rumpf, que chefia a equipe que clonou o primeiro animal (a bezerra "Vitória") no Brasil.

Rocha informou que os senadores interessados poderão sugerir outros nomes de palestrantes e debatedores até a primeira semana de maio.



Rocha tem projeto para vedar a clonagem humana

Tebet manifesta esperança de paz na Palestina

Presidente do Senado declara a integrantes do Conselho de Embaixadores Árabes no Brasil que apóia todos os esforços que visem acabar o mais rapidamente possível com o conflito no Oriente Médio

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem integrantes do Conselho dos Embaixadores Árabes no Brasil, em audiência que teve como objetivo discutir a evolução dos acontecimentos na Palestina e as possibilidades de paz para a região.

Tebet expressou aos embaixadores — Abdel Malek, do Marrocos, Ishaya El-Khoury, do Líbano, Hassine Bouzid, da Tunísia, Chahin Farah, da Síria, e Musa Amer Odeh, representante dos palestinos — preocupação com a gravidade da situação. O senador manifestou sua disposição de apoiar todos os esforços no sentido de se encontrar um fim para o conflito o mais rapidamente possível.

IRÃ

Ramez Tebet recebeu também delegação parlamentar iraniana em visita oficial ao Brasil, chefiada pelo deputado Al Hashemi, o



Ramez Tebet recebe embaixadores árabes e representante palestino, a quem se disse preocupado com a gravidade da situação

embaixador da República Islâmica do Irã em Brasília, Mansour Mozami, e os deputados Marcos Lima (PMDB-MG), presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Irã, e Renato Vianna (PMDB-SC).

Composta por nove deputados, a delegação fica no país até do dia 27, fazendo contatos na Câmara dos Deputados e viajando a São

Paulo para cumprir agenda organizada pela Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Irã.

Tebet concedeu audiências a vereadores e ao prefeito de Nova Andradina (MS), Roberto Soler, e ao presidente do Sindicato da Habitação (Secovi), Romeu Chap Chap, acompanhado pelo deputado Ricardo Izar (PTB-SP).

Alcântara: TST proíbe demissão de aidético

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) anunciou ontem que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que não pode ser demitido o trabalhador portador do vírus da Aids. A decisão vai orientar os TRTs e os juizados de primeira instância, firmando jurisprudência.

Lúcio Alcântara lembrou que há meses Senado e Câmara aprova-



Alcântara afirma que decisão vai orientar tribunais regionais

ram projeto dele próprio, inspirado em idéia original do ex-senador José Ignácio, vetado pelo presidente da República. Agora, salientou, por força de decisão do TST, a proteção ao portador do vírus da Aids ganha força de lei.

— O portador do vírus da Aids é discriminado, perseguido, e dificilmente consegue

outro emprego, em caso de demissão. A decisão do Tribunal Superior do Trabalho garante proteção e merece o nosso aplauso — disse o senador.

Lúcio Alcântara manifestou também preocupação com o afastamento do brasileiro José Maurício Bustani da Organização das Nações Unidas para Proscrição das Armas Químicas (Opaq). Ele ressaltou o fato de Bustani ser funcionário de organismo multilateral, que, desta forma, perde independência, “o que é grave”.

Moreira quer centro para turista no Senado

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou sugestão à Comissão Diretora do Senado para que seja constituída comissão para estudar a criação do Centro de Recepção ao Turista do Senado. Na defesa de sua proposta, Moreira Mendes lembrou que parlamentos em todo o mundo possuem espaço específico para divulgar as atividades do Poder Legislativo. O senador disse que o Projeto Visite o Senado, mesmo sem grande estrutura, trouxe no ano passado 55.391 pessoas às dependências da instituição.

Moreira argumentou ainda que a análise de viabilidade econômica do centro deverá necessaria-

mente levar em conta que suas instalações comerciais serão utilizadas não apenas pelos visitantes — turistas e estudantes —, mas igualmente pelos servidores do Congresso, que não dispõem de serviços de farmácia, livraria e restaurantes *fast-food*.

Moreira Mendes explicou que os custos de construção e manutenção do centro, bem como a especificidade de sua gestão, podem recomendar modelo de transferência de encargos e direi-



Moreira ressaltou que é preciso oferecer facilidade ao turista

tos a terceiros, tema a ser devidamente examinado pela comissão encarregada dos estudos.

Para cativar o turista nacional ou estrangeiro, segundo o senador, é preciso recebê-lo bem e oferecer-lhe as facilidades e confortos necessários, como estacionamento para ônibus de turismo, espaço adequado para a recepção, sala para divulgação audiovisual dos trabalhos parlamentares e loja para a venda de suvenires de qualidade.

Rondônia ficará livre do risco de aftosa, diz Sartori

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) comunicou ontem ao Plenário que até outubro o Ministério da Agricultura deverá excluir Rondônia da área de risco para a febre aftosa. A informação, segundo o parlamentar, foi-lhe fornecida pelo próprio ministro Pratini de Moraes.

De acordo com Sartori, uma comissão do Ministério da Agricultura se dirigirá ao estado para averiguar o cumprimento de todas as exigências para a eliminação do risco da febre aftosa. O próprio ministro disse que visitará Rondônia em junho.

Chico Sartori informou que 7,55 milhões de cabeça de gado foram vacinadas em 62,2 mil propriedades no estado. O parlamentar acrescentou que já foi aprovado financiamento de R\$ 19 milhões, pelo Banco Mundial, para realizar zoneamento socioecológico no estado.

Segundo Sartori, devido ao risco da aftosa, um bezerro em Rondônia custa R\$ 230, enquanto, no Mato Grosso, o menor preço é R\$ 340. A cidade de Vilhena, na divisa entre os dois estados, paga pela arroba do boi R\$ 36, contra um preço de R\$ 41 no estado vizinho. O senador afirmou que isso facilita o contrabando dos animais e da própria carne.



Chico Sartori

Gilvam Borges homenageia Sarney pelo aniversário

Os 72 anos do senador José Sarney (PMDB-AP) foram celebrados ontem pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP) com um discurso em que ele destacou suas qualidades de estadista, personagem histórico e renomado intelectual.

Gilvam chamou a atenção para o papel de Sarney na criação do Mercosul, realçando como o ex-presidente demonstrou “a acuidade dos que enxergam longe por meio do telescópio da História”. Em sua opinião, deve-se a Sarney a perspicácia de unir Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai na luta por um bloco que pode se afirmar na competição globalizada.

Observando que a nenhum homem é dada a ventura de só colecionar êxitos, Gilvam Borges disse que Sarney acumulou um valioso e digno saldo.

Na presidência da sessão, Edison Lobão (PFL-MA) disse que a homenagem contemplava uma figura que todos admiram. Associaram-se à homenagem Bernardo Cabral (PFL-AM), Mauro Miranda (PMDB-GO), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Maguito Vilela (PMDB-GO), Romeu Tuma (PFL-SP), Luiz Otávio (PPB-PA) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).



Gilvam Borges



Ramez Tebet participa de cerimônia na Câmara dos Deputados

MICHEL TEMER VAI PARA A GALERIA

O presidente do Senado, Ramez Tebet, participou ontem da cerimônia de aposição da foto do deputado Michel Temer na galeria de fotografias de ex-presidentes da Câmara dos Deputados. Temer presidiu a Câmara por duas legislaturas seguidas, a 50ª e a 51ª.

Tebet transmitiu a Temer o abraço de admirador, amigo e companheiro e afirmou estar ligado ao

ex-presidente da Câmara pelo “sentimento bom da amizade”.

Após a cerimônia, Tebet reafirmou que colocará a proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga a cobrança da CPMF em votação o mais rápido possível e que serão seguidos os prazos regimentais, a não ser que haja acordo unânime das lideranças no sentido de agilizar a tramitação.

Saturnino critica ações do FMI na América Latina

Para senador, o Fundo Monetário Internacional tem o propósito de “liquidar com o Mercosul para fazer aqui o Império da Alca”. Ele também condenou a campanha dos EUA que afastou o brasileiro Bustani da direção da Opaq



Antonio Carlos Júnior apresentou projeto que garante assistência a quem não tem onde morar

Antonio Carlos quer programa para morador de rua

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) anunciou ontem que apresentou projeto propondo a criação do Programa Especial de Ressocialização dos Moradores de Rua. Segundo disse, o objetivo é oferecer abrigos e restaurantes populares, além de apoio de equipes de saúde e de formação profissional, às pessoas que não têm onde morar. O programa deverá ser implantado mediante convênio entre União, estados e municípios.

— Com o Programa Especial de Ressocialização dos Moradores de Rua não se estará apenas mantendo os moradores de rua vivos e alimentados, mas gerando as condições que permitam sua inclusão, como cidadãos, no mercado de trabalho e na sociedade. Aprovado e implementado o projeto, o poder público terá condições de avaliação, apoio e acompanhamento dos menos favorecidos abandonados pelas ruas das cidades, que sobrevivem mesmo que em condições subumanas — afirmou.

FUNDO

Na avaliação do senador, a proposta representa alternativa viável para que possa ocorrer uma redução gradual dos índices de miséria absoluta no Brasil. Ele elogiou o Fundo de Combate à Pobreza proposto por seu pai, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, e aprovado pelo Congresso no ano 2000, mas lamentou que os recursos alocados não estão sendo utilizados no enfrentamento direto contra a pobreza.

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) afirmou ontem que o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem promovido ações no sentido de estabelecer, na América Latina, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em defesa dos interesses do governo norte-americano. Saturnino também chamou de “chocante” a atuação do FMI na crise argentina e disse que o Fundo não poderia ter deixado o país vizinho “chegar à beira do caos”. O papel do FMI “é justamente socorrer países nessa situação”, lembrou.

O senador defendeu uma reação “contra o assédio norte-americano para subjugar o Brasil e a Argentina”.

Saturnino disse suspeitar da forma com que o FMI tem agido no caso da Argentina. Para o se-



Saturnino defendeu uma “reação contra o assédio norte-americano para subjugar o Brasil”

nador, existe o propósito de “derubar a economia da Argentina e do Brasil” e de “liquidar com o Mercosul para fazer aqui o Império da Alca”.

— Não podemos ser ingênuos. Existem brasileiros interessados

nessa associação porque ganham dinheiro com ela e com a derrubada da economia brasileira. O FMI foi o tutor dessa política de endividamento e agora diz aos banqueiros internacionais que não disponibilizem mais empréstimos ao Brasil porque está muito endividado.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apoiou Saturnino e afirmou que “é clara a ação do FMI” para impor a Alca à América do Sul. A partir de dados do Orçamento Geral da União, Requião assinalou que o Brasil vai gastar mais de 33% da receita prevista para 2002

apenas com a rolagem da dívida. Ele disse que para cada criança que nasce hoje no Brasil já existe uma dívida de R\$ 4.080.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que o governo brasileiro precisa dizer “em alto e bom som” algo ao governo de George W. Bush sobre a ação do FMI.

Para Saturnino, o comportamento político do governo norte-americano “já ultrapassou os limites do razoável”. Ele afirmou que Bush “tem atacado sistematicamente” a multilateralidade de organismos internacionais como a Organização para a Proscrição de Armas Químicas (Opaq), patrocinando a saída de José Maurício Bustani da direção geral da entidade. Atitudes como essas, observou, “podem levar os Estados Unidos a perder o respeito do mundo”.

Rede McDonald's desrespeita a lei e é desleal com franqueado, diz Lindberg

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) denunciou ontem “a atitude desleal” com que a rede de lanchonetes McDonald's vem tratando seus franqueados no Brasil. “A rede afronta a Lei do Inquilinato, sublocando as lojas por valores várias vezes superior ao aluguel que paga aos proprietários, além de canibalizar o negócio abrindo novas lojas próprias em torno dos franqueados, em flagrante desrespeito às normas do direito econômico brasileiro”, afirmou.

Para o senador, a única forma de barrar esses abusos e não permitir a destruição de grande número de empresários brasileiros é encaminhar a denúncia à Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça, para que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) possa resolver o caso, como vem



Lindberg: não há vontade por parte da multinacional para solucionar impasses

fazendo em relação ao impasse entre a AmBev e distribuidores da Antarctica. Lindberg pediu o apoio dos senadores para sua proposta.

Ele afirmou estar participando, como conciliador, de tentativas de negociação entre os franqueados e a McDonald's, mas não houve

qualquer avanço devido à “falta de vontade expressa da multinacional”. O senador atestou que os franqueados têm procurado resolver, de todas as formas possíveis, os vários problemas causados pelo franqueador. “No entanto, não têm encontrado resposta aos questionamentos.”

Lindberg reconheceu que muitas pessoas podem não entender os fatores que estão provocando os problemas para os franqueados do McDonald's, pois as lojas, com grande movimento de clientes e de vendas, “parecem dar grandes lucros para os franqueados”.

Isso não é verdade, segundo ele, pois a “parte do leão” fica com a rede, que “envolve o franqueado de tal forma que em pouco tempo ele está na situação de ter de desistir do negócio”.

Senadores defendem medidas contra abusos

Em aparte ao pronunciamento de Lindberg Cury, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) lembrou que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que disciplina as franquias.

Para o senador Álvaro Dias (PDT-PR), a votação de um projeto de lei é boa iniciativa, mas peca pela morosidade do processo. “Será mais eficiente levar, primeiro, o problema para o Cade e depois aprovar a proposta no Congresso”, ressaltou.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) concordaram com a necessidade de Executivo e Legislativo tomarem medidas contra os abusos que vêm sendo cometidos por franqueadores estrangeiros no país.

Ademir: BNDES prioriza empresas multinacionais

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) chamou a atenção para o aumento dos recursos emprestados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a empresas de capital estrangeiro, conforme noticiado pela imprensa.

— Depois de levarem 16% (dos financiamentos do BNDES) em 2000, teriam ficado com cerca de 21% do valor dos contratos de financiamento aprovados no ano passado, ou mais de R\$ 5,6 bilhões — afirmou.

AUTOPEÇAS

Segundo Ademir Andrade, há ainda setores, como o automotivo, nos quais o capital externo concentra a parcela mais expressiva dos financiamentos do banco.

— Até o mês de novembro último, o BNDES havia liberado à indústria automobilística US\$ 1,36 bilhão. Isso representa um aumento de 17,2% em relação a igual período do ano anterior. Há poucos dias o banco anunciou a concessão de financiamentos de R\$ 200 milhões para a Toyota — informou.

Grande parte dos recursos destinaram-se, conforme Ademir Andrade, ao setor de autopeças, hoje quase totalmente desnacionalizado.

Simpósio busca mecanismos para financiar a pré-escola

Segundo dia do evento sobre educação infantil tratou das responsabilidades compartilhadas para o financiamento do setor

Para garantir, em dez anos, matrículas na educação infantil a 80% das crianças de quatro a seis anos de idade e a 50% dos meninos e meninas de até três anos de idade, como determina o Plano Nacional de Educação (PNE), o país deverá aplicar no setor mais do dobro dos investimentos feitos no ano 2000, segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O debate sobre quem vai pagar a conta, e de que maneira, foi lançado na manhã de ontem pelos participantes do simpósio "Educação Infantil: Construindo o Presente", que teve como mediador o presidente da Comissão de Educação (CE), Ricardo Santos (PSDB-ES).

A Constituição estipula que compete aos municípios manter programas de pré-escola, recordou durante o debate o professor Carlos Roberto Jamil Cury, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Mas também prevê que as prefeituras contarão com cooperação técnica e financeira da União e dos estados.

— Essa é uma responsabilidade compartilhada e não uma competência privativa dos municípios, como a prática dos últimos anos



Participantes do simpósio debateram o papel da União, estados e municípios nos investimentos para ampliar educação infantil

vem dizendo. Isto não bate com o que diz a Constituição — afirmou Cury, sob aplausos dos educadores presentes ao evento, no Auditório Petrônio Portella.

De acordo com o professor, o PNE estabelece que, na década da educação, iniciada em 2001, o Brasil terá que encontrar uma solução para a demanda de recursos para a educação infantil.

— Não se trata de nobre desejo, mas de uma determinação — disse.

Um dos principais mecanismos para ampliar os recursos destinados ao setor deverá ser a ação supletiva da União e dos estados junto aos municípios, disse Ângela Rabelo Barreto, presidente do Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal. Caso isso não ocorra, as prefeituras devem se prepara-

rar para assumir as despesas.

— Os municípios vão bancar boa parte da expansão da educação infantil prevista pelo Plano Nacional de Educação — previu Jorge Abraão de Castro, técnico do Ipea.

De acordo com números apresentados por Castro, o país investiu em educação infantil em 2000 R\$ 3,3 bilhões, equivalentes a 7% dos gastos totais com educação. Em 2010, para atender ao PNE, estimou, deverão ser aplicados R\$ 7,8 bilhões, ou 14% dos gastos totais do setor. Pelo menos um aparente obstáculo tende a ser removido. Segundo o consultor do Senado, João Henrique Pederiva, em princípio a Lei de Responsabilidade Fiscal não impedirá a ampliação do atendimento às crianças de zero a seis anos.

"Lei da Mordaza" agride democracia, diz Ademir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou tentativas de retomada da discussão da chamada "Lei da Mordaza", afirmando que a volta deste tema está vinculada ao vazamento à imprensa de informações sobre as investigações na empresa Lunus, de propriedade da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney e de seu marido, Jorge Murad. O senador disse que, por pressão da sociedade, novamente a proposta foi retirada da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Não é razoável que fatos como o caso Lunus sirvam de pretexto para desengavetar uma proposta que agride a democracia e tem nos seus fundamentos ele-

mentos que reeditem práticas obscuras que a nossa sociedade já expurgou e não aceita mais — afirmou.

Ademir lembrou que a "Lei da Mordaza" impõe censura aos promotores de Justiça, procuradores, delegados de polícia, juízes e conselheiros dos tribunais de Contas, que ficam proibidos de se manifestar ou divulgar fatos de que tenham conhecimento em razão do cargo, que violem o sigilo legal, a intimidade, a imagem e a honra das pessoas. Entre as penalidades previstas estão detenção de seis meses a dois anos, multa, perda do cargo e inabilitação por três anos para o exercício de outra função pública.

Na realidade, segundo o parla-

mentar, a proposta tem caráter intimidatório e enfraquece os mecanismos de controle da administração pública, desrespeitando os princípios constitucionais que a regem, o que representa fator de agravamento de um quadro de insegurança jurídica.

— Foi em consequência da ampla divulgação de escândalos pelos meios de comunicação que surgiram motoristas, mensageiros e secretárias dispostos a dar o seu depoimento e fundamentar o único caso de *impeachment* contra um presidente da República do Brasil — disse Ademir Andrade.



Volta da discussão sobre a lei é criticada por Ademir Andrade

Senado participa da 17ª Bienal do Livro de São Paulo

O Senado Federal participa da 17ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que se realiza no Centro de Exposição Imigrantes, na capital do estado. Esta é a quarta vez desde 1996 que o Senado participa do evento, que começa hoje e vai até o dia 5 de maio.

Amanhã, o vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), o 1º secretário da Casa, Carlos Wilson (PTB-PE), e o presidente do Conselho Editorial, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), lançam o livro *A Constituição que Não Foi: A História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969* e o CD-ROM da *Bibliografia Brasileira de Direito – Edição Comemorativa do Milênio – 1980-2001*.

O jornalista Elio Gaspari também participa do lançamento do livro por sua importância na compreensão dos primeiros anos do regime militar. A obra traz pela primeira vez a público as atas da Comissão de Alto Nível encarregada pelo então presidente Costa e Silva de preparar uma reforma na Constituição de 1967, que culmi-



nou na edição da Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Durante o evento, Carlos Wilson e o coordenador da Comissão de Feiras de Livros, Paulo Afonso

Lustosa, entregam ao presidente do Conselho Editorial do Senado, Lúcio Alcântara, uma placa em homenagem ao seu apoio à participação da Casa em eventos literários pelo país.

Desde 1996, o Senado participa de feiras de livro, divulgando o trabalho de diversos setores da Casa. A organização do estande do Senado na Bienal do Livro de São Paulo envolve a Secretaria Especial de Editoração e Publicações e suas subsecretarias, a Secretaria de Comunicação Social, a Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho e o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado, o Prodasen, com a coordenação do diretor da Secretaria de Informação e Documentação, Paulo Lustosa. Este ano, o Senado participa de outras cinco feiras de livro em cidades do Norte, Nordeste e Sul do país, levando à população uma amostra de suas publicações.

Estande tem documentos históricos, livros em braile e novas legislações

Entre livros distribuídos gratuitamente e a preço de custo, o Senado vai apresentar atrações surpreendentes ao público de São Paulo, durante a 17ª Bienal Internacional do Livro de 2002.

O Senado oferece ao público deficiente visual, por exemplo, um espaço para leitura em braile, com leis importantes como a Constituição de 1988, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A publicação assume grande importância nas feiras do livro em que o Senado participa, visto que as editoras e livrarias presentes geralmente não publicam livros para esse numeroso segmento da população. Exemplos das obras serão distribuídos a representantes de associações de cegos.

O público vai encontrar ainda no estande do Senado obras raras, documentos sobre episódios

importantes da história do país como a Lei Áurea, a carta de renúncia dos ex-presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello.

O livro com a Constituição federal é uma das grandes atrações. Por apenas R\$ 10, o exemplar vendido no estande está atualizado até a Emenda Constitucional número 31, promulgada recentemente. Se preferir, o visitante pode levar a Constituição em disquete, por R\$ 2. Outros textos recentemente aprovados, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Estatuto da Cidade, e as publicações do Conselho Editorial também podem ser encontrados por preços similares.

O estande da Casa costuma receber grande número de pessoas interessadas em assistir a TV Senado e a navegar pelas páginas do Senado na Internet. A assinatura do *Jornal do Senado* poderá ser feita gratuitamente no local.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson e Mozarildo Cavalcanti